

LEGISLATIVO
GAZETA MERCANTIL**Comissão do Senado define regras de ação parlamentar para o bloco governista**

Os líderes dos partidos que integram o bloco parlamentar do governo (Movimento Parlamentar Social Liberal — MPSL) perderão direito a qualquer atuação isolada dentro do plenário do Senado. Em contrapartida, manterão, para efeito de apoio logístico e decisões internas, a estrutura atual de cada gabinete de liderança. O líder do bloco não terá direito a gabinete nem funcionários ou outras regalias, mas é ele quem falará pelos partidos que representa e quem estiver sem partido não poderá entrar em bloco, informa a Agência Brasil.

Essa foi a decisão da Comissão de Constituição e Justiça, do Senado, adotada por dezesseis a um, ao examinar ontem o parecer do senador José Paulo Bisol (PSB-RS) ao recurso do líder do governo, senador José Ignácio, contra decisão naquele sentido determinada pelo presidente da Casa, Nelson Carneiro (PMDB-RJ), ao responder questão de ordem colocada pelo senador Cid Sabóia de Carvalho (PMDB-CE).

DIREITOS NEGADOS

Nelson Carneiro suspendeu o efeito de sua decisão durante a sessão de anteontem para aguardar o pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça. Esta, usou toda a manhã e grande parte da tarde para finalmente votar o parecer. Nele, o senador Bisol reconhece o bloco parlamentar, previsto na Constituição e no regimento interno. Mas é neles, também, que se baseia para negar direito aos líderes partidários que estão no MPSL de usar tal condição para falar no plenário, bem como votar ou decidir qualquer tipo de questão. Eles não poderão, por exemplo, pedir verificação de quórum, tarefa que delegaram ao líder do bloco.

De acordo com Bisol, constituído o bloco, as lideranças partidárias que o integram passam a seguir a orientação do líder do bloco, porque, do contrário, a mesa estaria admitindo duplicidade de atuação. Em

contrapartida, no parecer do senador gaúcho abre brecha a interpretação de que o bloco governista dispõe de maioria. Se isso for alegado no futuro, poderia endossar a pretensão do grupo para disputar a mesa do Senado. Talvez por causa dessa abertura é que o líder José Ignácio comemorou: "O parecer é uma beleza".

Segundo Bisol, o regimento não reconhece a figura de líder de partido que integra bloco parlamentar, porque ele desaparece oficialmente e diretamente. Como a legislação exige que a constituição de bloco só pode ser feita por partidos, o parlamentar que estiver sem filiação não poderá participar dele sob qualquer condição.

ESTRATÉGIA DE INTERESSES

Enquanto existir o bloco, as lideranças partidárias que o integram estarão extintas, conclui ainda o parecer de Bisol. Do contrário, no seu entender, "se converteria numa estratégia de interesses de má qualidade moral e política, sem prévia carta de princípios e sem prévia assunção de rumos programáticos, em suma, sem prévia determinação de políticas que legitimem o bloco parlamentar como pensamento e prática social".

PATRULHA

O senador Bisol disse depois de revelar seu parecer que não teme a patrulha dos políticos capazes de suspeitar do conteúdo, já que o texto foi aprovado praticamente por unanimidade. O voto contrário, do senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), foi consequência de sua ausência no processo de negociação. Quando chegou, não percebeu que havia acordo no plenário da comissão e proferiu o posicionamento. Bisol acha que se a lei é ruim, deve ser trocada. Mas, enquanto existir, tem de ser aplicada. E vale para o governo e a oposição. "Eu sou juiz" — lembrou, num alusão a seu passado profissional (ele é desembargador da Justiça gaúcha).